

## Projeto Lei LOA 2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS DECRETOU E EU SANCIONO A SEGUINTE:

LEI Nº

Estima a Receita e Fixa a Despesa do  
Município de Petrópolis para o  
Exercício Financeiro de 2016.

### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º – Esta Lei estima a receita e fixa a despesa Município de Petrópolis para o Exercício Financeiro de 2016, na forma do artigo 109, parágrafo 3º, Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus Fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, inclusive Autarquia, Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração direta e indireta a ele vinculados, bem como fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III – Os Orçamentos das Sociedades de Economia Mista do Município.

### TÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL CAPÍTULO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA TOTAL

Art. 2º – A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente, está estimada em R\$ 851.796.240,28 (Oitocentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta reais e vinte e oito centavos), desdobrada nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal, em R\$ 469.519.385,80 (Quatrocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e dezenove mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos).

II – Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 382.276.854,48 (Trezentos e oitenta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Art. 3º – As receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo I.

Art. 4º – A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do Anexo II.

### CAPÍTULO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA TOTAL

Art. 5º – A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 851.796.240,28 (Oitocentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta reais e vinte e oito centavos), nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal, em R\$ 469.519.385,80 (Quatrocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e dezenove mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos).

II – Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 382.276.854,48 (Trezentos e oitenta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Art. 6º – Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei nº 7.335 de 24 de julho de 2015, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016.

### CAPÍTULO III DA DESPESA FIXADA AO PODER LEGISLATIVO

Art. 7º – O orçamento do Poder Legislativo, fixa o valor da Despesa em R\$ 27.800.867,00 (Vinte e sete milhões, oitocentos mil e oitocentos e sessenta e sete reais), cumprindo os limites fixados na Emenda Constitucional 25.

### CAPÍTULO IV DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA DO PODER EXECUTIVO POR ÓRGÃO

Art. 8º – A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos II, VI, VII, VIII e IX desta Lei.

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para compatibilizar a Despesa à efetiva realização da Receita, a fim de garantir o cumprimento das metas de resultado primário.

Art. 9º – Os orçamentos dos fundos especiais, nos termos do artigo 109, parágrafo 3º, inciso I, da Lei Orgânica do Município, constam como Unidades Orçamentárias dos Órgãos aos quais estão vinculados, a saber:

<b>Fundo Orçamentário</b>	<b>Receita/Despesa</b>
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	55.000,00
Fundo Municipal de Cultura	120.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	35.000,00
Fundo Especial de Defesa e Reparação de Interesses Difusos	20.000,00
Fundo Municipal de Interesse do Consumidor	20.000,00
Fundo Especial da Procuradoria	40.000,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	415.000,00
Fundo Municipal de Educação	219.431.000,00
Fundo Municipal de Saúde	251.913.239,48
Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	390.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	13.597.000,00
Fundo Comunitário Petrópolis	10.000,00
Fundo Municipal de Conservação Ambiental	150.000,00
Fundo Municipal de Esportes	400.000,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento Tecnológico	280.000,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola	226.000,00
Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil	50.000,00
FUNTRAB	20.000,00
Fundo de Reserva	445.000,00

Art. 10 – Os Orçamentos das Fundações do Município, nos termos do artigo 109, parágrafo 3º, inciso II, da Lei Orgânica do Município, constam como Unidades Orçamentárias dos Órgãos aos quais estão vinculadas, a saber:

<b>Fundação - Órgão</b>	<b>Receita/Despesa</b>
Fundação de Cultura e Turismo	10.365.000,00
Fundação Municipal de Saúde	3.510.000,00

Art. 11 – O Orçamento da Seguridade Social, na forma do que estabelece Lei nº 7.335 de 24 de julho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias, é o que consta no Anexo V.

Art. 12 – O Orçamento das Sociedades de Economia Mista: COMDEP – Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis e CPTRANS – Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes, encontram-se no anexo VI – Demonstrativo I, da seguinte forma:

<b>Empresa</b>	<b>Receita/Despesa</b>
COMDEP	69.511.297,50
CPTRANS	13.493.228,32

#### **CAPÍTULO V**

#### **DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO**

Art. 13 – Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento do presente Exercício até o valor correspondente a 30% (trinta por cento) da despesa fixada a proceder ao remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, com a finalidade de incorporar valores que excedam às previsões constantes desta Lei, criando elementos de despesa quando necessários, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I – incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;

II – excesso de arrecadação em bases constantes;

III – anulação parcial ou total de dotações.

IV – produto de operações de crédito autorizadas

Art. 14 – O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – suprir insuficiência das dotações destinadas a despesas à conta de receitas vinculadas, ficando aquelas limitadas aos valores destas;

II – incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2015, de recursos vinculados com destinação específica;

III – o excesso de arrecadação de recursos vinculados com destinação específica, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

**TÍTULO III**  
**DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA**

Art. 15 – O Orçamento da Autarquia Instituto de Previdência e Assistência Social do Servidor Público do Município de Petrópolis – INPAS, com Receita e Despesa no valor de R\$ 106.014.615,00 (cento e seis milhões, catorze mil e seiscentos e quinze reais) encontra-se no Anexo VI – Demonstrativo II, com a seguinte composição:

	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Receita/Despesa</b>
INPAS		R\$ 105.989.615,00
FASSE		R\$ 25.000,00

**TÍTULO IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 16 – As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como as referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria de Administração e de Recursos Humanos, na forma do artigo 66 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo autorizado a redistribuir as parcelas das dotações de pessoal, de uma para outra Unidade Orçamentária, em decorrência da movimentação de servidores entre elas.

Art. 17 – A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos respectivos instrumentos contratuais.

Art. 18 – Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como oferecer a contra-garantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para realização destes financiamentos.

**TÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**  
**CAPÍTULO ÚNICO**

Art. 19 – Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para as áreas de saneamento, habitação e infra-estrutura urbana e modernização da estrutura institucional, até o limite de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), observado o disposto no artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição Federal.

Art. 20 – Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contra-garantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para realização destes financiamentos.

Art. 21 – São partes integrantes desta Lei os demonstrativos constantes do anexo [verificar na composição], a saber:

- I – Anexo VI – Demonstrativo I – Orçamento das Empresas de Economia Mista;
- II – Anexo VI – Demonstrativo II – Receita e Despesa da Previdência Social;
- III – Anexo IX – Demonstrativo Ia – Relação de Programas Orçamentários;

IV – Anexo IX – Demonstrativo Ib – Relação de Projetos, Atividades e Operações Especiais – PAO;  
V – Anexo IX – Demonstrativo II – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;  
VI – Anexo IX – Demonstrativo III – Demonstrativo da Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida;  
VII – Anexo IX – Demonstrativo IV – Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;  
VIII – Anexo IX – Demonstrativo V – Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde;  
IX – Anexo IX – Demonstrativo VI – Receitas e Despesas de Fundos e Fundações;  
X – Anexo IX – Demonstrativo VII – Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;  
XI – Anexo IX – Demonstrativo VIII – Demonstrativo das Despesas Relativas à Dívida Pública, Mobiliária, Contratual e as Receitas que as Atenderão;  
XII – Anexo IX – Demonstrativo IX – Demonstrativo dos Recursos para Utilização no Orçamento Participativo;  
XIII – Anexo X – Demonstrativo I – Demonstrativo do Limite da Despesa Legislativa;  
XIV – Anexo X – Demonstrativo II – Receitas e Despesas do Poder Legislativo;  
XV – Anexo XI – Demonstrativo das Fontes de Aplicação de Recursos;

Art. 22 – Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente Lei competir, que a executem e façam executar, fiel e inteiramente como nela se contém.

Gabinete do Prefeito Municipal de Petrópolis, em XX de dezembro de 2015.

**RUBENS BOMTEMPO**  
**Prefeito**